



Ilustre Senhor Pregoeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE

Pregão Eletrônico N° 90010/2025

Processo N° 23034.022043 /2024-30

**ARISTOCRATA TECNOLOGIA E APOIO ADMINISTRATIVOS LTDA**, inscrito no CNPJ N° 18.124.445/0001-63, sediado na Rua Barão do Cerro Azul, 416 – Centro/Porto Amazonas/PR - Cep:84.140-000, por intermédio de seu representante legal o Sr. Marcos Aurélio Basso, portador do RG 8.385.752-8 SSP/PR e do CPF 027.919.289-44, vem apresentar

## **CONTRARRAZÕES AO**

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

apresentado pela empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

### **1. SÍNTESE OBJETIVA**

A recorrente é empresa de terceirização de mão de obra tendo como CNAE principal limpeza em prédios e em domicílios, logo, **no Distrito Federal é representada pelo Sindicato Sindiserviços**, tanto é que foi esta a convenção apresentada pela licitante em sua proposta inicial.



**Orbenk** GRUPO  
Onde o cuidado encontra o bem-estar.

**Validade da Proposta:**

Prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, conforme estabelecido no instrumento convocatório.

**Vigência:**

O prazo de vigência contratual é de 12 meses, contados imediatamente a partir da assinatura ou retirada de Termo de Contrato, nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

**CCT**

DF000042/2025 – SINDISERVIÇOS DF – Categoria preponderante de empresa.

Ao verificar a planilha de formação de preços, foi detectado pela Administração, que os valores referentes ao Vale Refeição estavam inferiores ao previsto na CCT do referido Sindicato e que as margens de Lucro e Despesas Administrativas possuíam índices quase zerados, impedindo qualquer ajuste sem que houvesse a majoração da proposta ou a supressão de direito dos trabalhadores.

A recorrente alega, em síntese, que se trataria de mero ajuste sanável por diligência, sustentando a possibilidade de correção da proposta sem alteração do valor global ofertado indicando despesas administrativas e lucros negativos.

Como se demonstrará, o recurso carece de fundamento jurídico e técnico, pois apresentar proposta com índices negativos demonstra que a proposta é estruturalmente inexecutável e não comporta saneamento, sendo a desclassificação medida obrigatória.

## 2. MÉRITO

### 2.1. DA REPRESENTAÇÃO SINDICAL DA RECORRENTE

A Orbenk possui atividade econômica principal de limpeza de edifícios e cessão de mão de obra, conforme pode ser verificado analisando o seu cartão de CNPJ:



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
79.283.065/0001-41  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
03/04/1986

NOME EMPRESARIAL  
ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*

PORTE  
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios

Conforme bem apontado pelo recorrente na sua proposta inicial, o Sindicato que a representa no Distrito Federal é o SINDISERVIÇOS/DF, cuja Convenção Coletiva de Trabalho DF000042.2025, estabelece o valor diário para o vale refeição de R\$ 44,30, sem desconto por parte do colaborador, o que corresponde a um valor total de R\$ 930,30 (novecentos e trinta reais e trinta centavos) mensais, se considerarmos a média de 21 dias trabalhados

No entanto, a recorrente ofertou R\$ 39,23/dia, aplicando o desconto de 20% sobre o benefício, perfazendo um total de R\$ 31,38 por dia trabalhado, o que resultou em uma diferença de R\$ 271,24 a menor por mês para cada posto.

Não há dúvida interpretativa: trata-se de desrespeito a obrigação trabalhista mínima, violando regra editalícia expressa:

*“Serão desclassificadas propostas que contenham valores inferiores aos orçados pela Administração para benefícios de natureza trabalhista”* (item 6.13.2 do Edital)

A desclassificação, portanto, não é faculdade, mas ato vinculado.



## 2.2. Erro insanável: não há espaço financeiro para ajuste dentro da proposta

A irresignação apresentada pela recorrente em sua peça recursal será devidamente analisada em conformidade com Edital, com Lei 14.133/21.

Sua única alegação é que sua desclassificação foi ilegal, porque não teve qualquer oportunidade de correção das planilhas através de diligências.

Acontece que a decisão do Pregoeiro e sua equipe apoio, está totalmente fundamentada no item 8.12 e 8.12.1 do Edital. Senão vejamos;

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

Na análise detalhada da proposta apresentada pela Recorrente, através da NÓTA TÉCNICA Nº 5001693/2025/DIPEQ/DILEP/CÓLEQ/CGPEÓ/DIRAD, constatou-se claramente o descumprimento das exigências do EDITAL. E que as alterações necessárias majoraria o valor total da proposta apresentada, infringido o item 8.12.1.

Assim, considerando o flagrante descumprimento do Edital e a consequente majoração da proposta, o pregoeiro e sua equipe de apoio decidiram acertadamente pela desclassificação/inabilitação da empresa recorrente.

A própria planilha apresentada pela recorrente demonstra que não há margem para alteração dos valores propostos como alimentação, pois os percentuais de custos indiretos e lucro são insignificantes:

Rubrica	Percentual
Custos indiretos	0,21%
Lucro declarado	0,05%



Rubrica	Percentual
Total disponível	0,26%

Tal margem não cobre sequer 10% do acréscimo necessário para atender ao mínimo normativo.

Apenas a título elucidativo, alteramos a planilha de formação de preços da recorrente e incluímos o valor correto do benefício constante no sindiserviços, notem que para chegar aos valores propostos é necessário apresentar índices negativos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	-2,10%	R\$ (242,79)
B	Lucro	0,00%	R\$ -

*Analista – Área Direito*

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	-2,23%	R\$ (224,69)
B	Lucro	0,00%	R\$ -

*Analista – Área Contábil*

Repito, a correção do VA impõe obrigatoriamente a majoração do valor global proposto pela recorrente ou aceitação de proposta manifestamente INEXEQUÍVEL.

As alegações da recorrente de que a Administração de que é uma estratégia comercial, inclusive com apontamento de jurisprudências favoráveis, divergem do caso concreto. Os fundamentos utilizados nas sentenças se referem a licitações que possuem diversos itens, sendo que os percentuais negativos de alguns deles não podem ser motivo de desclassificação quando os outros percentuais conseguem cobrir os prejuízos.

In casu, o objeto licitado possui apenas dois itens e em ambos a empresa apresentou índices negativos, ou seja, PROPOSTA INEXEQUÍVEL, pois não há margem para manobra.

Ademais, a Convenção Coletiva do Sindiserviços ainda possui outros tantos benefícios que não foram considerados pela licitante, como plano de saúde, odontológico e seguro de vida.



Caso fosse permitido que a Administração aceitasse tal tipo de proposta, seria desnecessária a apresentação de planilhas de formação de preços para garantia da exequibilidade e do cumprimento das obrigações, sendo suficiente apenas uma simples declaração da licitante vencedora.

Logo, não há erro material a sanar. Há vício insanável que comprova a inexecutabilidade da proposta da recorrente.

### 2.3. Do risco à execução

O art. 59, §2º, da Lei 14.133/21 **admite diligência apenas quando não alterada a substância da proposta.**

Conforme exposto no item anterior, a adequação dos benefícios a Convenção Coletiva do Sindicato que representa a recorrente alteraria substancialmente a proposta da recorrente.

Ademais, a Administração deve prevenir inadimplemento trabalhista futuro, conforme princípio da indisponibilidade do interesse público.

A proposta apresentada pela empresa Orbenk é artificialmente considerada mais vantajosa, pois coloca em risco à Administração Pública, diante da responsabilidade subsidiária no cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias das contratadas.

Permitir execução com VA abaixo da CCT é contratar passivo para o FNDE e aceitar proposta manifestamente inexecutável, com base apenas no porte e balanço financeiro da empresa fere o princípio da isonomia e do julgamento objetivo.

A economicidade não se confunde com temeridade econômica, pois além da proposta ser mais vantajosa para a Administração deve ser economicamente viável, o que não é o caso.

Destaque-se que em casos de dano ao erário devido a improbidade administrativa, o agente público responde objetivamente pelos danos causados.



### 3. CONCLUSÃO

A decisão recorrida encontra pleno respaldo no edital, na Lei 14.133 e nos princípios da Isonomia, Planejamento, Vinculação ao Edital, Eficiência e impessoalidade.

Assim, requer-se:

- a) o não provimento do recurso, mantendo-se integralmente a decisão de desclassificação da Orbenk Administração e Serviços Ltda.;
- b) o regular prosseguimento do certame.

Curitiba/PR, 03 de novembro de 2025

---

Marcos Aurélio Basso  
Representante/Proprietário  
CPF: 027.919.289-44